

NEOLIBERALISMO, IDENTIFICAÇÃO COM O AGRESSOR E VIOLÊNCIA

Beatriz Gang Mizrahi
CPRJ. Psicanalista CPRJ.
biagang@infolink.com.br

Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article

Gang Mizrahi B. (2019) NEOLIBERALISMO, IDENTIFICAÇÃO
COM O AGRESSOR E VIOLÊNCIA

Intercambio Psicoanalítico 8 (1), DOI: doi.org/10.60139/InterPsic/14.2.1/
Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

NEOLIBERALISMO, IDENTIFICAÇÃO COM O AGRESSOR E VIOLÊNCIA:

Considerando a dinâmica afetiva da submissão e as formas possíveis de resistência

Beatriz Gang Mizrahi¹

¹CPRJ. Psicanalista CPRJ. biagang@
infoLink.com.br

RESUMO

Entendido em seu contexto histórico, o neoliberalismo promove formas violentas de relação social geradoras de sofrimento. Sua busca por uma redução sistemática das proteções e suportes coletivos pode talvez basear-se em uma negação defensiva da dependência humana. A violência implicada nessa dinâmica pode ser analisada, com Winnicott e Alice Miller não como primária, mas como resultado de uma adaptação reativa a contextos ambientais hostis.

Segundo Miller, contextos políticos opressores podem ser alimentados por processos psíquicos ligados à identificação com o agressor: o sujeito que sofreu abuso na infância, para garantir inconscientemente o vínculo com o adulto agressivo do passado, se torna ele mesmo um tirano, apoiador de violências contra os mais vulneráveis. Para Winnicott, por sua vez, o medo da dependência, que costuma ser mais intenso para sujeitos cuja dependência não foi acolhida na infância, gera atitudes dominadoras defensivas que podem se expressar nos mais diversos totalitarismos políticos. Essas duas descrições parecem expor dinâmicas defensivas presentes no neoliberalismo. Resistências possíveis a essa dinâmica implicam a busca por contextos (tanto relacionais quanto políticos) que, por sua consistência nos permitem uma liberdade que não se opõe à dependência, mas se dá no encontro vital com o outro acolhedor.

Palavras-chave: Neoliberalismo; poder; negação da dependência; identificação com o agressor; resistência.

Entre as tragédias diárias de violência extrema, recentemente escutamos estarrecidos sobre um pai que, no seu apartamento na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, mata seus filhos e sua mulher e depois se mata. A mulher morre pela faca, enquanto as crianças são jogadas pela janela. O homem teria deixado uma carta onde fala que diante do risco iminente de perder o seu novo emprego, o melhor seria “acabar com tudo” para evitar o sofrimento de todos. Os conhecidos da família afirmam que ele teria, meses atrás, deixado o seu velho emprego e trocado por um novo, com um salário maior, onde no entanto, acaba se desesperando, ao vislumbrar o desastre de uma demissão.

Para além da polarização entre fatos da cultura e configurações psicológicas do indivíduo, tragédias como essa nos fazem pensar em formas de violência e sofrimento onde se cruzam desastres ao mesmo tempo sociais e subjetivos, cuja dinâmica aponta para aspectos tanto do nosso contexto político contemporâneo quanto da história singular dos seus participantes. Nesse sentido, se por um lado a loucura desse homem não pode ser compreendida apenas considerando que foi atingido pela insegurança hoje generalizada no trabalho – devendo ter ele certamente perturbações profundas em sua construção subjetiva – por outro lado,

imaginamos o quanto a precariedade sentida atualmente no trabalho e nos demais vínculos de pertencimento social pode se conjugar com falhas primárias no processo de constituição do self, intensificando dinâmicas patológicas que talvez tivessem um curso menos desastroso, fosse o contexto social mais favorável.

Para nos ajudar a pensar sobre situações desse tipo, que envolvem a relação entre a violência que atinge o sujeito a partir de suas primeiras relações e a violência social relacionada hoje à dissolução neoliberal dos laços sociais, escolho uma autora pouco estudada no Brasil: Alice Miller, psicanalista suíça de origem judaico polonesa que mergulha profundamente no tema do abuso infantil, e ousa criticar claramente boa parte da psicanálise por ter deixado de lado os efeitos psicopatológicos, para a criança, da perturbação dos pais.

A crítica de Miller (Miller, 2006) se dirige ao que poderíamos compreender como uma psicanálise voltada para a pulsão, um referencial que, segundo ela, se ergue como uma defesa psíquica contra o pleno reconhecimento do trauma, já que os psicanalistas, por supervalorizarem os perigos internos que habitariam o indivíduo a partir de um pulsional supostamente disruptivo, evitariam admitir o quanto o self da criança pode, de fato, ser assolado por invasões e violências que lhe chegam de fora: da família ou da cultura mais ampla que ainda nega, em boa medida, a dependência infantil.

Ela sugere que a violência sofrida pelos pais, quando crianças, estaria na base não só da transmissão transgeracional da violência que cometem depois contra seus próprios filhos, mas também daquela violência cometida nos crimes, ou perpetrada por ditadores em regimes totalitários. A fidelidade ao pai agressor e a necessidade de manter com ele um vínculo, que na infância era fundamental para a própria sobrevivência, levaria a criança e depois o adulto a negar a dor que sentiu no passado diante da agressão sofrida. Seria inconscientemente para manter essa relação primeira, indispensável e vital com o adulto próximo, que o sujeito viria, desde a infância, a se identificar com a sua violência: seja vindo a cometê-la contra seus próprios filhos, seja, no plano sociopolítico maior, tornando-se ele mesmo um líder tirânico, ou um apoiador das mais diversas tiranias.

Um outro caminho dessa mesma identificação com o agressor como tentativa de evitar uma ameaça traumática de abandono, distinto do ataque ao outro, é o ataque a si mesmo. Esse auto-ataque pode aparecer na depressão, nas doenças somáticas, mas também em uma negação inconsciente da própria dependência, negação essa que serve para atender a uma exigência do pai agressor que não podia aceitar a vulnerabilidade do filho pequeno. Ao ser negada, a vulnerabilidade sentida precisa ser projetada pelo sujeito em outras pessoas a quem ele passa a oprimir, pois assim imagina livrar-se da própria dependência, sendo por isso mais aceito aos olhos do pai perturbado (que um dia foi a sua única referência).

A ideia central defendida de várias formas por Miller é a de que os mecanismos identificatórios que tornam o sujeito submisso às exigências do adulto agressor, fazem com que ele repita a violência sofrida, tanto contra terceiros quanto contra si mesmo. Seria justamente essa repetição que estaria na base de processos que boa parte da psicanálise chamou de pulsão de morte, conceito que teria protegido os psicanalistas de perceberem com nitidez a origem da destrutividade humana na perturbação parental.

Atribuir a destrutividade ao indivíduo e encará-la como primária em relação ao trauma é um processo defensivo que nos poupa de encarar toda a dureza que um indivíduo pode chegar a viver, quando criança, em um ambiente hostil. Da mesma forma, boa parte de nossos valores culturais – sejam de fundo religioso ou político – que enxergam o indivíduo como naturalmente mau, recusando a origem traumática das atitudes violentas e acreditando numa moral que precisaria sempre nos ser imposta de fora, compõem essa mesma defesa psíquica que recusa reconhecer a dor que pode nos chegar a partir dos contextos traumatizantes. Usando essas ideias de Miller volto a pensar o que poderia ter movido esse pai de classe média, que tanto nos chocou com sua atitude ao mesmo tempo homicida e suicida, tendo sacrificado de forma tão arrebatadora a vida dos filhos, da mulher e a própria.

Se com Miller, dispensamos totalmente a ideia de uma destrutividade inata, somos levados a crer que um opressor deve certamente ter existido no passado desse homem para que ele chegasse a cometer tamanha violência. Por outro lado podemos imaginar como a opressão que seguramente viveu em seu passado infantil, pode ter sido reeditada agora para ele em tempos de precariedade social, na ameaça real, e nada delirante, de ele vir a ficar sem o seu trabalho.

Teria ele inconscientemente, em seu gesto louco, ainda tentado desesperadamente atender a uma exigência social de matar e morrer para corresponder a uma performance laboral inatingível porque produzida em um contexto novo, no qual o trabalho, instrumento ainda hegemônico de inclusão social, se torna tão escasso? Em que medida a exigência social de submissão cotidiana dos sujeitos a esses ideais performáticos tão impossíveis e distantes de nossas necessidades afetivas vitais, nos propõe, em última instância, a aceitação de um certo tipo de morte diária como recurso último e imaginário para sermos socialmente aceitos?

Parece que esse homem que os vizinhos reconheciam como trabalhador empenhado e preocupado com a família poderia então ter sido tomado, diante da insegurança no emprego, por um tal desespero quanto à permanência de certos vínculos fundamentais para o sustento (concreto e emocional) de si mesmo e de sua família, que, num esforço desesperado, teria se submetido radicalmente à lógica empresarial de matar e morrer pela concorrência, pela produtividade. Com isso acaba levando sua família a morrer junto com ele, mas ainda numa tentativa última de assim preservar o que, na falta de outras referências, lhe parecia indispensável à vida.

Pensando para além desse caso isolado nos perguntamos como o contexto atual de dissolução das proteções sociais e insegurança quanto aos vínculos necessários à própria sobrevivência pode reeditar traumas e experiências passadas de abandono, acionando nos sujeitos defesas que o levam à reprodução da violência contra si mesmo e contra os outros, numa tentativa última de garantir seus laços fragilizados. Daí por exemplo a frequência com que pais excessivamente preocupados com a performance educacional dos filhos oprimem e deslegitimam muitas de suas necessidades afetivas, fazendo a vida deles girar apenas em torno de estudar, competir, e comprar. Com um foco excessivo na produtividade escolar, esses pais limitam a vitalidade criativa das crianças, fiéis a uma cultura da morte por submissão aos desígnios do mercado.

Ao mesmo tempo em uma mão contrária e complementar, que vai do singular ao macropolítico, precisaríamos também pensar como, talvez, a máxima neoliberal atual que nega radicalmente a dependência humana, ao dissolver as proteções coletivas historicamente ligadas ao trabalho, sem substituí-las por outras formas de inclusão social, bebe na mesma fonte de defesas psíquicas reconhecidas por Miller como estando na base de muitas tiranias políticas. Ou seja, a negação da dependência, a de si mesmo e a do outro, feita sistematicamente no neoliberalismo de hoje, pode ser, para muitos, uma manifestação da identificação e submissão defensiva ao pai perturbado da infância, que não podia admitir a dependência como parte da vida.

Compreender essa negação atual da dependência nos faz pensar em como, ao longo da história, foi questionada uma falsa ideia moderna de liberdade como ligada a uma suposta autonomia absoluta do indivíduo desprovido de vínculos coletivos. E como hoje, com a redução sistemática das proteções sociais construídas ao longo de séculos, essa pretensão moderna de uma liberdade como independência total retorna com força.

O sociólogo Robert Castel (Castel, 1998) sugere que na aurora da modernidade, a dissolução dos laços hierárquicos opressores do antigo regime teria, inicialmente, deixado o indivíduo “livre” apenas para lutar por sua sobrevivência através do trabalho precário nas condições terríveis das primeiras fábricas capitalistas. Entretanto, nos diz o autor, a partir das grandes revoltas trabalhistas do final do século XIX e início do século XX, teria existido um momento em que passamos a aceitar socialmente o paradoxo de que a liberdade do indivíduo só é viável quando esse indivíduo está minimamente incluído em contextos capazes de acolher a sua dependência. Assim foram criadas a educação e a saúde públicas, os direitos trabalhistas e as aposentadorias, de modo que o sujeito passou a contar com uma rede minimamente consistente que lhe permitiu certa margem de escolha – não mais sendo obrigado a aceitar quaisquer condições de trabalho, para garantir meramente a sua sobrevivência.

Ora, seriam justamente esses suportes sociais os que hoje são sistematicamente destruídos no neoliberalismo em nome de uma pretensa liberdade. A liberdade do indivíduo é aqui compreendida falsamente, não como ligada a uma margem possível de escolha sobre as dependências que pode estabelecer em cada momento, mas como independência total, que o sujeito só atinge se vier a dispensar grande parte dos suportes externos. A liberdade passa então a ser vista imaginariamente como uma negação da dependência (da dependência própria e dos outros).

Me parece que tal negação, preocupante no contexto macropolítico, pode estar relacionada, no nível micropolítico, com a fidelidade defensiva inconsciente de muitos ao pai (ou mãe) hostil que tiveram na infância, pai este que desprezava a dependência do filho, recusando-se a atender às suas necessidades. Ao mesmo tempo essa negação da dependência, sendo social, pode potencializar os efeitos traumatizantes do ambiente familiar em volta do indivíduo, pois nenhuma alternativa consistente aos vínculos com os opressores, sejam os de seu passado, sejam os do presente, é consistentemente oferecida hoje pelo social.

A questão que nos surge como desafio seria aquela de pensarmos uma ideia de liberdade que não nega, mas afirma a nossa dependência. Se o neoliberalismo parece dizer que liberdade é uma possibilidade do sujeito lidar com a falta, com as adversidades, aceitando a ausência de referências sociais acolhedoras, poderíamos opor a essa ideologia uma ideia de liberdade como possibilidade de contar consistentemente com o ambiente, a ponto de podermos, minimamente, escolher de quem e do que depender, em cada momento.

Na psicanálise essa questão de como concebemos a liberdade possível se relaciona a questão de como se constitui o sujeito. A leitura clássica pulsional tende a ver um sujeito que nasce a partir da possibilidade de enfrentar a falta e a castração oriunda do conflito entre suas tendências pulsionais antissociais e as restrições à satisfação que lhe chegam através da cultura. Aqui, o centro de referência para a liberdade possível estaria na aceitação de que, se queremos viver com o outro, precisaríamos renunciar boa parte de nossos anseios pulsionais, e não esperar que sejam acolhidos. Liberdade aqui é vista como uma certa possibilidade de enfrentamento da adversidade, aceitação da escassez, uma exigência de trabalho, para que o sujeito lide com o mundo real que, inevitavelmente, frustrará os seus impulsos, uma vez que esses são essencialmente antissociais.

Já os referenciais como os de Miller (Miller, 2002) e Winnicott (Winnicott, 1975), que questionam o caráter primariamente antissocial e violento de nossas tendências inatas, vislumbram o quanto nossas necessidades podem ser de fato atendidas, inspirando uma outra leitura possível do que seja a liberdade, que não contradiz o atendimento à nossa dependência.

A vitalidade criativa de Winnicott (Winnicott, 1988) é passível de ser atendida pelo ambiente porque não é inerentemente disruptiva e violenta.

Ela não visa uma descarga tensional total (como a pulsão de morte em Freud), que se opõe à vida social e à convivência satisfatória com a alteridade. A vitalidade em Winnicott busca contextos que em parte se afetem pelos gestos espontâneos e em parte resistam a estes, dando consistência real ao que é assim criado pelo self. Essa força criativa só se satisfaz quando encontra não um outro destruído, mas um parceiro forte e vital, capaz de se afetar e resistir ao movimento criativo do sujeito.

Nessa perspectiva não nos constituímos na falta, não no enfrentamento da adversidade como propõe o neoliberalismo, mas sim ao termos internalizado o ambiente que de fato atendeu a nossa dependência na infância e que por isso mesmo nos permite uma bússola egoica para que possamos procurar, no presente, tal atendimento. Talvez seja essa “bússola”, voltada para o acolhimento possível em cada situação, a nossa verdadeira liberdade.

Penso aqui que se a leitura social que prevalece hoje na cultura neoliberal de dissolução das proteções nega defensivamente a dependência, seria nessa visão distinta – de uma liberdade entendida como possibilidade de contar com os contextos acolhedores e buscá-los para nós mesmos – que está a nossa possibilidade de resistência afetiva e política. Isso colocaria para nós psicanalistas, o desafio de afirmar uma psicanálise mais centrada na presença do que na falta, menos desconfiada do ser humano como sujeito que, supostamente, abrigaria um pulsional tão perigoso, que precisaria ser contornado pela castração ao invés de ser atendido pelo ambiente.

Entretanto, para esse caminho, são muitos os obstáculos defensivos. Se Miller aponta o risco de os psicanalistas afirmarem o pulsional como aquele perigo interno que moraria em nós, para não terem que ver o perigo externo vindo dos pais e da cultura, Winnicott aponta o medo da dependência como um outro obstáculo ao pleno reconhecimento da função ambiental, não só na infância mas ao longo de toda a vida.

O medo da dependência, levaria segundo Winnicott (Winnicott, 1975), não só às diversas formas de domínio sobre a mulher, primeira pessoa de quem dependemos na maioria das culturas, mas às diversas formas de tirania relacional e social em que tentamos dominar com violência os que não nos atendem, na tentativa última de produzir o acolhimento que nos falta.

Mas se o medo da dependência ainda é imperioso e inspira as mais diversas formas de totalitarismo social, dentre as quais podemos citar o neoliberalismo, o antídoto possível é um pensamento que caminhe na direção contrária: o da aceitação e afirmação de nossas dependências e vulnerabilidades. Seja no consultório, na política, e na vida de modo geral, é importante lembrar que não somos menores quando precisamos do outro e dos suportes sociais externos.

Que amadurecer não é aceitar a falta como suposta condição universal, mas buscar para si as presenças possíveis em cada momento e contexto, incluindo aqui o contexto político. Pois só quando tais presenças acolhedoras prevalecem em nossa experiência que as faltas e dores do caminho podem ser de fato reconhecidas.

Parece que caminhar nessa direção nos leva a fazer mudanças trabalhosas, mas muito necessárias em nossa forma de pensar os afetos e a vida social.

Referências

Castel, R. (1998) As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.

Brasil: Editora Vozes

Miller, A. (2006) The body never lies: the lingering effects of hurtful parenting. , Nova York, Londres: W.W. Norton &Company

Miller, A. (2002) For your own good: Hidden Cruelty in child-rearing and the roots of violence, Nova York: Farrar, Straus and Giroux

Winnicott, D. W. (1975) O brincar e a realidade, Brasil: Imago Editora

Winnicott, D. W. (1996) Tudo começa em Casa, São Paulo, Brasil: Martins Fontes

Winnicott, D. W. (1988) O ambiente e os processos de maturação, Porto Alegre, Brasil: Artmed

Sennett, R. (1999) A corrosão do Caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, Rio de Janeiro, Brasil: Editora Record